

Declaração contra a tragédia da questão nacional e da educação: o levante do EZLN contra o Estado-nação latino-americano

Fábio Accardo de Freitas¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender a relação sobre a formação do Estado na América Latina com o levantamento armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no sul do México. A reflexão é desenvolvida através da análise de trechos da Primera Declaración de la Selva Lacandona do EZLN, documento que ajuda a ilustrar o caminho de argumentação do texto: a tragédia da questão nacional, baseada na colonialidade do poder, que se expressa também em um colonialismo interno violento, pós-independências, contra os povos marginalizados, principalmente negros, indígenas e mestiços. O artigo parte da discussão inicial sobre a formação do Estado latino-americano e as colonialidades à que foram submetidos os povos da América. Diante desse quadro mais amplo, refletimos sobre o problema do índio na questão nacional, apresentando a crítica que o movimento indígena latino-americano tem engendrado nesse processo, apontando seus tensionamentos e lutas contra as colonialidades do poder e do saber. Nesse sentido, aproximamos o levante zapatista, a partir da sua Primeira Declaração, das lutas indígenas contra a estrutura colonial/moderna e o processo de formação dos Estados latino-americanos. Ao final, destacamos de que maneira a questão da educação também insere-se na discussão da questão nacional na América Latina, como uma das facetas da colonialidade do saber, e como as propostas de autonomia dos povos indígenas se articulam no enfrentamento às colonialidade do poder e do saber.

Palavras-chave: Educação. Estado. Movimento Indígena.

¹ Doutorando no Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG (PPGE/FaE/UFMG), na linha de pesquisa Infância e Educação Infantil, vinculado ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Infância e Educação Infantil (NEPEI). E-mail: fabioaccardo@gmail.com

Declaration against the tragedy of the national question and of education: the Zapatista uprising against the Latin American nation-state

ABSTRACT

This article intends to understand the links between the formation of the State in Latin America and the Zapatista Army of National Liberation (Ejército Zapatista de Liberación Nacional, EZLN) armed uprising in southern Mexico, through the analysis of excerpts from the First Declaration of the Selva Lacandona, an EZLN document which illustrates the main reasoning of this text: the tragedy of the national question based on the coloniality of power, which expresses itself as post-independence internal colonialist violence against marginalized people - mainly blacks, indigenous and *mestizos*. Starting from the debate on the Latin American State formation and the colonialities imposed on its indigenous people in this process, the article also discusses the indigenous presence in the national question, presenting the critique placed by the indigenous people's movement onto those processes, pointing out the tensions and struggles against the colonialist nature of power and knowledge. In this sense, through its First Declaration, the Zapatista uprising draws itself closer to the indigenous people's struggles. O Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG (PPGE/FaE/UFMG) against the Latin American states' colonial/modern structure and its formation process. Lastly, the article highlights the manner through which education inserts itself as a matter of national discussion in Latin America as one side of the coloniality of knowledge, and how proposals for the autonomy of the indigenous people articulates themselves against the colonial nature of power and knowledge.

Keywords: Education. State. Indigenous Movement.

Declaración contra la tragedia de la cuestión nacional y de la educación: el levante del EZLN contra el Estado-nación latinoamericano

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender la relación acerca la formación del Estado en la América Latina con el levantamiento armado

del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) en el sur de México. La reflexión se hace a través del análisis de fragmentos de la Primera Declaración de la Selva Lacandona del EZLN, documento que ayuda a ilustrar el camino de argumentación del texto: la tragedia de la cuestión nacional, basada en la colonialidad del poder, que se expresa también en un colonialismo interno violento, post-independencias, contra los pueblos marginalizados, principalmente negros, indígenas y mestizos. El artículo parte de una discusión inicial sobre la formación del Estado latinoamericano y las colonialidades a la que fueron sometidos los pueblos de América. Ante ese cuadro más amplio, reflejamos acerca del problema del indio en la cuestión nacional, presentamos la crítica que el movimiento indígena latinoamericano ha engendrado en ese proceso, apuntando sus tensiones y luchas contra las colonialidades del poder y del saber. En ese sentido, acercamos el levante zapatista, a partir de su Primera Declaración, a las luchas indígenas contra la estructura colonial/moderna y el proceso de formación de los estados latinoamericanos. Al final, destacamos la manera que la cuestión de la educación también se inserta en la discusión de la cuestión nacional en América Latina, como una de las facetas de la colonialidad del saber, y cómo las propuestas de autonomía de los pueblos indígenas se articulan en el enfrentamiento a las colonialidades del poder y del saber.

Palabras clave: Educación. Estado. Movimiento Indígena

Introdução

Este artigo é um exercício de reflexão em que tento articular as discussões sobre a formação do Estado na América Latina com o levantamento armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México em 1994. Tal intento tem como ponto central a luta contra as diversas formas de colonialidades, com ênfase à luta contra a colonialidade do poder e do saber.

O esforço de articulação se dará pela análise deste autor acerca da Primera Declaración de la Selva Lacandona, tentando compreender de que maneira os apontamentos feitos neste documento inicial do levante do EZLN conversam com o processo histórico de constituição do Estado latino-americano, com suas especificidades no México, e tem como crítica central o lugar dos povos indígenas nesse processo.

Nesse sentido, retomar a primeira postulação pública do EZLN apresenta relevância enquanto documento historicamente marcado num contexto de reformulação do Estado em seus princípios neoliberais e também como evidência de um processo de organização indígena na América Latina, que caminha a partir de outros saberes, de outras perspectivas de mundo, na construção da autonomia e autodeterminação dos povos.

Esta empreitada é um esforço inicial de aproximação com a temática destacada, tanto no que concerne as discussões desde o ponto de vista latino-americano da educação e formação dos Estados-nações na região, como na particularidade do processo mexicano e, principalmente, as questões levantadas pelos zapatistas.

Assim, o ensaio parte de uma discussão inicial da formação do Estado latino-americano. Tento construir uma compreensão a partir, principalmente, das leituras dos textos de Vivian Urquidí (2013), María Susana Bonetto (2012) e Aníbal Quijano (2008) em articulação com outros autores e autoras, tentando compreender a formação do Estado e as colonialidades à que foram submetidas os povos da América.

A segunda parte do texto tenta evidenciar o problema do índio na questão nacional e de que maneira tais sujeitos se reconhecem e constroem alternativas às condições materiais, históricas e subjetivas a que foram relegados nesse processo de formação dos Estados-nação.

Na terceira parte trago trechos da Primera Declaración de la Selva Lacandona para conversar com os elementos levantados nas duas primeiras partes. Na tentativa de adensar a discussão, faço um esforço de aproximar a primeira declaração do EZLN aos posicionamentos que o movimento indígena latino-americano já vinha construindo frente aos governos e estados na região, mas também à colonialidade do saber e do poder. Tal aproximação nos ajuda a compreender a proposta autônoma e de autogoverno dos Zapatistas, frente ao estado mexicano.

Ao final teço algumas considerações finais que retomam alguns pontos do movimento de acercamento e compreensão do autor sobre a temática proposta neste artigo, fazendo alguns apontamentos da relação entre a formação do Estado na América Latina, a questão da educação em articulação com as discussões tecidas sobre o movimento indígena latino-americano e o levante do EZLN.

A questão nacional e a formação do Estado-nação na América Latina

A questão nacional e a formação dos Estados-nação na América Latina nasceu como problema (URQUIDI, 2013). A invasão e violência colonial diante de diversos povos que aqui viviam, conseguiram apagar qualquer resquício dessa diversidade, chamando a todos os que aqui viviam de índios. O problema do índio, não à toa, aparece como central, no pensamento social latino-americano, para se pensar a questão nacional (MARIÁTEGUI, 2008; HAYA DE LA TORRE, 1994). Não diferente fizeram com os povos escravizados que vieram de diversas partes do continente africano. Todos tornaram-se “negros”.

O esforço de desnaturalizar essa ideia de América Latina compreendendo a história de invenção da América, tem sido esforço de diversos e diversas intelectuais latino-americanas. Essa questão desde uma mirada do lado de baixo do equador tem configurado e constituído um pensamento latino-americano (MARINI, 1994, PINTO, 2012) a partir dos nossos próprios problemas a serem enfrentados (BONETTO, 2012), tratando de “aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (QUIJANO, 2008).

Se por um lado queremos desnaturalizar essa invenção, por outro nos esforçamos a nos compreender e a nos afirmar como latino-americanos. Uma vez que o processo de colonização marca essa nossa história complexa e tão próxima, cabendo também as particularidades, nos reconhecemos enquanto o outro que a Europa quis nos criar. Um outro que fala, que resiste, que luta e que produz conhecimento sobre si mesmo, construindo nossos conceitos, configurações e compreensões das alternativas de sociedade que podemos e queremos construir a partir do que fizeram de nós. “En definitiva, se requiere poder reflexionar sobre las realidades regionales, fuera de los marcos teóricos generados por las ciencias sociales desde el centro” (BONETTO, 2012, p. 129), fora da colonialidade do saber a nós imposta.

A promessa da modernidade não foi cumprida. Nunca fomos modernos (LATOURET, 1994). Onde a promessa não foi cumprida, a realidade grita, e é onde há uma crise e uma crítica mais latente. Crítica e desconstrução a partir dos processos históricos que dão materialidade às diversas perspectivas das colonialidades do poder e do saber que continuam nos estruturando tão fortemente (QUIJANO, 2008).

Aníbal Quijano (2008) aponta dois processos históricos principais como eixos desse novo padrão de poder produzido a partir da América, por um lado

[...] a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça [...]. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (QUIJANO, 2008, p. 117)

Para o autor, a raça legitimou as relações de dominação impostas pela conquista, associando as identidades criadas com hierarquias, lugares e papéis sociais, construindo um padrão de dominação desde a perspectiva eurocêntrica. Ao mesmo tempo, a servidão, a escravidão, a reciprocidade, o salário, etc, ou seja, todas as formas de controle e exploração do trabalho estiveram articuladas em torno das relações componentes do capitalismo.

A realidade histórica latino-americana problematiza as noções mais ortodoxas de tempos históricos e modos de produção para o entendimento da formação do Estado-nação (MARIÁTEGUI, 2008). As diversas formas de controle do trabalho que aqui apareceram não são anteriores, historicamente, ao trabalho assalariado na Europa. Existiram de maneira simultânea, organizadas para produzir mercadorias ao mercado e se articulavam subordinadamente com a lógica do capital mundial (QUIJANO, 2008, URQUIDI, 2013).

Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. (QUIJANO, 2008, p. 118)

A cada raça foi alocado um papel e um lugar na nova estrutura social e de controle do trabalho. Reconhecendo as especificidades de cada país, em geral o processo se passou de modo parecido. Aos negros, a escravidão. Aos índios, a servidão. Aos brancos, lugar de dominação na estrutura colonial de poder.

Essa estrutura colonial, a colonialidade do poder, que se reproduz e se reconfigura, com diferentes matizes, até os nossos dias e que perpassa a nossa formação social, cognitiva e identitária. E é a partir des-

sa realidade colonial/moderna que se tenta produzir os Estados-nações na América Latina. Para Quijano

Um Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais. Por isso, entre seus membros pode ser sentida como identidade. Porém, toda sociedade é uma estrutura de poder. É o poder aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, freqüentemente certo grupo, sobre os demais. Conseqüentemente, todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. Em outros termos, do modo como foram configuradas as disputas pelo controle do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento. (2008, p. 130)

O Estado-nação reflete, assim, uma estrutura de poder. Aqui a estrutura colonial, de uma elite branca, que apesar de reivindicar o lugar do povo como construtores da nação, produziu um Estado-nação contra a maior parte da população negra, indígena e mestiça.

Nem mesmo os processos de independência conseguiram descontruir essa estrutura colonial. Elas foram suporte para a sobrevivência das relações sociais de dominação. Foi produzido na América Latina uma contradição improvável mas real: Estados independentes e uma sociedade colonial (QUIJANO, 2008).

Contradição se olharmos pela ótica eurocêntrica, uma vez que o processo de formação dos Estados-nações por lá tratava de sociedades relativamente homogêneas, com interesses comuns e relações democráticas de poder. Tomado como caminho a ser percorrido e modelo ideal, a nossa questão nacional é uma verdadeira tragédia. Vale lembrar que a formação dos Estados no continente europeu acontece paralelamente, e por conta de, a colonização na América.

Contudo, voltando ao nosso realismo fantástico, o desenvolvimento dos Estados-nação modernos por aqui rearticulou com outras roupagens a mesma estrutura colonial, as mesmas relações violentas e de dominação de uma raça sobre as outras, as mesmas formas de controle e exploração do trabalho, as mesmas formas de controle da intersubjetividade e do conhecimento. Agora com legitimidade institucional.

“Esto es así porque las minorías blancas en el control de los Estados in-
dependientes, con sociedades aún de constitución coloniales, no tenían
ningún interés común con los indios, negros y mestizos” (BONETTO,
2012, p. 118).

Aqui interessa evidenciar um fator chave desse processo. A
questão nacional é atravessada e constituída por um colonialismo in-
terno com profundas raízes coloniais. “Así se produce la independen-
cia política, pero no la cultural ni la económica. El colonialismo interno
atraviesa todo el período de formación del Estado nacional” (BONETTO,
2012, p. 119).

A minoria branca, ou a burguesia latino-americana, reproduziu
internamente a mesma relações de poder com índios, negros e mesti-
ços, que formavam, enquanto lugar e papel social nesse estrutura colo-
nial com nova roupagem, as classes baixas, populares, os pobres. Dessa
maneira, a ordem e o progresso necessários a alcançar o modelo euro-
peu de civilização e Estado, desejado pelas elites, só enxergava esses ou-
tros como impeditivos do desenvolvimento das sociedades nacionais.

Tanto eram obstáculos, que em vez de transformá-los em tra-
balhadores assalariados, para um capital industrial nascente e mesmo
após crise de 1929, libertando assim negros e índios, preferiram trazer
trabalhadores imigrantes. De verdade não havia nenhum interesse em
comum. Nenhum sentimento nacional. A resposta à crise foi a receita
modernizante e desenvolvimentista.

Ainda que, como veremos, essa receita foi adotada como ca-
minho para os países na América Latina, é nesse período que o pensa-
mento latino-americano se apresenta como interpretação diferenciada
às análises feitas pelos pensadores e países centrais. Contra também a
colonialidade do saber, de um universalismo eurocentrista, vai se consti-
tuindo interpretações desde a periferia, que dão novas perspectivas de
análise e de caminhos a serem seguidos.

No início do século XX, José Carlos Mariátegui, pensando sobre
a realidade peruana, destaca o problema do índio como um problema
central para se pensar a questão nacional. Na América espanhola, aque-
les indígenas que não foram dizimados, sobreviveram sob regime de
servidão. Tiveram suas terras arrancadas mas mantiveram as relações de
reciprocidade com notas mais sádicas de exploração.

A questão do índio, para Mariátegui (2008) é um problema eco-
nômico, pois a sociedade não sabia muito o que fazer com eles. A re-

pública legalizou o latifúndio gamonalista, empoderou ainda mais os proprietários e não resolveu o problema da terra. Deu ao índio figura jurídica. Autonomizou o índio. Institucionalizou a exploração da mão-de-obra indígena, o campesinou. A república legalizou o latifúndio e enfeudou uma raça.

O problema do índio como problema econômico evidencia a colonialidade do poder e do saber no estado Peruano. Nesse sentido, a questão nacional apontada por Mariátegui passa pela solução do problema do índio, como resposta a questão da terra, resposta ao latifúndio, pois “la solución del problema del indio tiene que ser una solución social. Sus realizadores deben ser los propios indios.” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 65)

Para Haya de La Torre, outro intelectual peruano, a questão nacional se justifica como projeto de dominação européia e estadunidense na América Latina. As fraturas nacionais são determinadas pelas questões econômicas, como interesse de classe. Diz que as fronteiras nacionais são arbitrárias, que não haveria nada que justificaria tais divisões e, por isso, fomos construídos de fora para dentro, pelo outro (HAYA DE LA TORRE, 1994).

Nesse sentido, a questão nacional imposta tende a um universalismo que deixa de fora muitos. As elites brancas e criollas, como herdeiros do poder, subordinam-se ao capital estrangeiro. Contra o medo da construção de uma pátria grande na América Latina, vinculada as questões indo-americanas, se reforça a necessidade das divisões dos países como projeto de dominação e, assim, a divisão dos povos, das possibilidades de resistência e luta.

Também, a partir da crise dos anos trinta e das teorias da modernização que outros intelectuais latino-americanos, organizados na CEPAL, vão dar outra interpretação para o lugar da América Latina no capitalismo mundial. Contra o falso sentido de universalidade das teorias econômicas, Raúl Prebisch diz que as análises mudam completamente quando contempladas a partir da periferia do capitalismo (RICUPERO, 2011).

Criticando à teoria das vantagens comparativas, os intelectuais cepalinos discorrem sobre a teoria centro-periferia como vinculação indissociável para a reprodução do capitalismo em escala mundial. Contudo, as análises da CEPAL, mesmo as críticas ao capitalismo, parecem dar resposta ao problema da crise do início do século XX a partir de outro tipo de desenvolvimento: a crise criou condições favoráveis para a estruturação do mercado interno e das atividades industriais (URQUIDI,

2013), os quais, alimentados pela ajuda estrutural do estado, garantiria transformações a longo prazo, acreditando numa internalização das decisões políticas e uma autonomia relativa.

A conhecida substituição de importações foi tomada como caminho de muitos governos latino-americanos populistas buscando industrializar seus países (RICUPERO, 2011). Entretanto a “industrialização através da substituição de importações é, na América Latina, um caso revelador das implicações da colonialidade do poder” (QUIJANO, 2008, p. 135), uma vez que para esse autor a dependência externa ela é uma dependência histórico-estrutural, como consequência das relações coloniais, somada a uma subordinação aos interesses econômicos do centro do capitalismo.

Em uma sociedade que legalizou os privilégios não acabando com as relações coloniais estruturais das sociedades latinoamericanas, “se pone en duda este camino del desarrollo a partir de la relación estructural centro–periferia, al poner el acento en la dependencia y la imposibilidad de alcanzar el desarrollo del centro, en tanto este existe porque existe la periferia” (BONETTO, 2012, p. 123).

A denúncia da posição periférica e as consequências da relação centro-periferia foram importantes para a teoria social latino-americana (QUIJANO, 2008), contudo não criaram alternativas aos interesses externos. A ideia de que em escala mundial o capitalismo produz tanto desenvolvimento em certas regiões como subdesenvolvimento em outras, trouxe mais uma vez em evidencia um tipo específico de exploração e controle da força de trabalho na periferia e numa nação dependente: a superexploração do trabalho (MARINI apud URQUIDI, 2013).

A superexploração do trabalho somado a uma estagnação da economia na região na década de 1960, criavam condições para se repensar criticamente a questão nacional, a partir das problemáticas internas aos países latino-americanos, propondo alternativas aos processos de desenvolvimento. Às movimentações dos anos 60 e 70, que configuravam um leque de propostas desde as reformas estruturais de base à opção pelo socialismo, foi dada uma resposta direta: ditaduras militares, para o aprofundamento e disseminação da modernização conservadora.

Às violentas ditaduras dos anos 60 e 70, seguiu-se um período democrático de reformas estruturais de ordem neoliberal no Estado, cujo aparente sucesso expulsou dos centros do debate crítico e político não

apenas a imaginação política revolucionária como também seus sujeitos e projetos locais de emancipação. Assim, o promissor pensamento político e social latino-americano [...] viu-se assim novamente no desafio de repensar a questão nacional com novas problemáticas. (URQUIDI, 2013).

O lugar do indígena na questão nacional latino-americana

O caminho que tentei traçar sobre a agonizante questão nacional latino-americana nos apresenta uma realidade em que não é possível afirmar a formação de um Estado-nação nos moldes e conceituações eurocêntricos. A violenta conquista da América e o desenvolvimento das estruturais coloniais/modernas de poder, que sempre se atualizam com matizes institucionais, aponta para a tragédia de uma região que parece nunca conseguir deixar de ser quem nós nunca fomos, pois

[...] durante quase 200 anos, estivemos ocupados na tentativa de avançar no caminho da nacionalização de nossas sociedades e nossos Estados. [...] Não obstante, a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno. (QUIJANO, 2008, p. 135)

Diante da problemática da questão nacional, trago aqui alguns apontamentos a partir da ótica do lugar e papel social do indígena nessa trajetória, colocando elementos que indicam de que maneira esses sujeitos tomaram consciência desse processo e começaram a organizar resistências e alternativas a esse projeto colonial/moderno de nação.

Como vimos a divisão racial na colonização, operada como uma divisão etnocêntrica de classificação e hierarquização, se articulou as diversas formas de controle e exploração do trabalho, naturalizou as divisões também econômicas da sociedade. A colonialidade do poder tem operado por todo esse processo de construção nacional impondo a cada uma das raças, seus lugares, papéis e classes sociais, subordinada ao interesse das elites, brancas e, pretensamente, uma burguesia nacional.

Nem mesmo os processos de independência lograram incorporar as identidades nacionais como uma identidade homogênea. A constituição dos Estados-nação faz uma incorporação subalternizada do índio e do negro ao mundo dos brancos. Ainda, a república como projeto liberal e modernizante, postulando a igualdade de todos, não conseguiu superar uma incorporação meramente formal. Transformou o indígena em sujeito jurídico, autonomizando-o, mas legalizou o latifúndio enfeudando uma raça, como apontamos nas análises de Mariátegui (2008).

O problema do índio, enquanto um problema que tensiona a colonialidade do saber (somado a questão do negro), é central para a questão nacional, uma vez que se relaciona com o problema da terra, da estrutura de poder (em seus diversos nomes como gamonalismo, coronelismo, oligarquias agrárias, latifundiários, etc) e a sua condição econômica nesse projeto de nação.

A promessa não cumprida de integração nacional, de formação de um Estado moderno e democrático, continuaram a reproduzir as condições de violência, exclusão e apagamento cultural das comunidades e povos indígenas. Um colonialismo interno gritante, que para além da morte, genocídio, violência física e exploração do trabalho, aos indígenas também foi imposto um processo violento de repressão subjetiva, e

[...] reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. [...] forçaram – também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação [...]. (QUIJANO, 2008, p. 121)

Os povos foram expropriados de suas identidades, singularidades, cosmopolíticas, modos de ser e produzir seu mundo. A forçosa identidade homogênea de índios, inferiorizada, hieraquizada, violentada, arranca as possibilidades desses povos seres sujeitos da própria história ou de terem lugar nos processos de construção desse artificial

Estado-nação. No entanto, não sem resistência permaneceram os índios da América Latina.

Os levantamentos e resistência dos indígenas no Peru foram compreendidos como potencial de um outro caminho revolucionário por Mariátegui (2008), que não pôde mais pensar esses processos sem a presença e protagonismo indígena com vistas a um socialismo indo-americano. A questão nacional, com centralidade na questão da raça, vista pela ótica do problema do índio, passa pela questão da terra, que para o índio nunca foi vista como meio de subsistência, de produção de mercadorias e propriedade, mas como uma totalidade de vida.

Quijano aponta as experiências de Peru, com Tupac Amaru, Haiti, México e Bolívia como processos revolucionários, mais ou menos radicais, que traçaram caminhos possíveis de uma descolonização social, com presença indígenas ou negra, que conseguiram avançar em propostas e construções alternativas, antes de serem contidas e derrotadas (QUIJANO, 2008).

Contudo, a questão nacional continuava e se aprofundava como um tipo específico de relações coloniais, que era o colonialismo interno. Diante desse contexto, Urquidi (2013) discorre sobre o aparecimento de intelectuais, líderes e uma organização indígena na América Latina, que começaram a se opor as políticas de integração, assumindo uma agenda própria pautada pelo projeto de descolonização, respondendo à problemática das questões nacionais e da formação dos Estados-nação.

“Foi o Congresso Indigenista, realizado na cidade mexicana de Patzcuaro, em 1940, que marcou o início da história oficial do indigenismo latino-americano” (URQUIDI, 2013), resultando na “Declaração Sole-ne de Princípios” que indicava que as ações para garantir os direitos e proteger as comunidades indígenas deveriam se pautar pelo respeito aos valores e identidade histórica e cultural indígena.

Das lutas, emergiram os primeiros intelectuais e lideranças indianistas, e daí nasceram os albores da organização indígena contemporânea voltada, no início, para a luta pela terra e contra as diversas formas de exploração do índio. Mas, à medida que os movimentos avançam em posições políticas locais, um plano mais abstrato de princípios e direitos começaram a ser observados na retórica indianista. (URQUIDI, 2013)

Uma vez que não se concretizou o projeto de Estado-nação que pudesse democraticamente integrar as particularidades dos povos in-

dígenas, e reconhecendo que as políticas indigenistas são reflexos de um moderno pensamento colonial, subordinando mais uma vez a raça ao imperativo do progresso e desenvolvimento, o indianismo começa a apontar a necessidade de construir alternativas de autonomia e autogoverno para seus povos e etnias. Propostas que ora se apoiam e ora se distanciam das perspectivas revolucionárias das esquerdas latino-americanas, marxistas ou não (URQUIDI, 2013; LINERA, 2008).

Do ponto de vista indígena, a história e alternativas não os incluía como sujeitos formadores de um Estado-nação. Assim, desde o lugar que o indígena historicamente foi empurrado, e a partir das lutas empreendidas contra a estrutura colonial, a colonialidade do poder e do saber, surgem os intelectuais indianistas e indígenas, que começam a produzir conhecimento e propostas em direções opostas à linearidade histórica imposta pelos que os dominam.

As propostas de autonomia dos povos indígenas são propostas contra a colonialidade do saber, em que emerge os modos de vida, de organização social e de entendimentos do mundo, conhecimentos e saberes. A autonomia é, também, o entendimento que o problema indígena passa pela questão nacional e política como demanda de serem reconhecidos como unidades políticas com direito a governarem a si mesmos. Essa é a questão nacional dos povos indígenas e a razão da luta (BATALLA, 1981 apud URQUIDI, 2013).

Assim, a partir dos anos 1980, períodos pós-ditatoriais e com crise das alternativas de esquerda para a América Latina, a reestruturação neoliberal dos Estados-nação apresentaram novas questões ao movimento indígena que apresentou um discurso e ações políticas diferentes. Não se tratava mais de integrar aos Estados-nação de forma marginalizada e excludente, mas de assumirem que a forma estatal era um problema para as nações indígenas e o direito de autogoverno deveria prevalecer (URQUIDI, 2013).

A expressão política máxima da irrupção dos indígenas na política será a legitimação e legalização das suas autonomias, lá onde sejam demandadas, uma empreitada que foi iniciada já na década de 1980 pelo povo Miskito na Nicarágua, e posteriormente pelos zapatistas, já no limiar do novo século XXI, em México. O primeiro caso como experiência inaugural de autonomia, em acordo de paz assinado com o Estado; o segundo como construção política à margem da

ordem institucional, em territórios em que o Estado historicamente esteve, e assumiu continuar, ausente. (URQUIDI, 2013)

Levante do EZLN e a declaração contra a violenta formação do Estado-nação mexicano

Num contexto de incertezas pós-ditaduras e neoliberalismo, a empreitada dos povos indígenas se apresentaram com as tarefas de reinterpretar a história, revalorização dos valores indígenas comunitais e a denúncia da miséria social em que se encontravam.

A Primera Declaración de la Selva Lacandona emitida pelo Exército Zapatista de Libertación Nacional em janeiro de 1994, ilustra essas tarefas conclamando, não somente aos povos indígenas da região de Chiapas, mas a todo o povo mexicano à levantarem-se contra o governo e o Estado mexicano e a política neoliberal que estava sendo implementada (o levante do EZLN aconteceu no mesmo dia em que entra em vigor o acordo do NAFTA).

A declaração zapatista inicia com um chamado a estancar o processo sofrido até então pelos povos indígenas e pelo povo mexicano: “Hoy decimos ¡BASTA!”, e aponta de início as resistências e lutas pelas quais os povos originários passaram, mas, mesmo assim, os utilizaram como força de trabalho para saquear as riquezas da pátria, sobrando a eles somente a miséria.

Primera Declaración de la Selva Lacandona

HOY DECIMOS ¡BASTA!

Al pueblo de México:

Hermanos mexicanos:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así

poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que este-mos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin imortales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a ele-gir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justi-cia para nosotros y nuestros hijos. (EZLN, 1994)

Podemos observar que os Zapatistas resgatam o passado desde a conquista, invasão e colonização, mostrando o resultado da coloniali-dade do poder e do saber, relegados a exclusão, violência, exploração da mão de obra, etc., apontando aí também a questão da terra. No entanto, recontam a história não somente como excluídos do processo de cons-trução da nação, mas como protagonistas de todas as lutas de resistên-cia e construção de alternativas. Alternativas objetivas e subjetivas, que se interpuseram às colonialidades do poder e do saber.

Por isso se consideram herdeiros dos verdadeiros forjadores da nacionalidade, que como colocado por Quijano (2008), a Revolução Mexicana, foi uma das poucas revoluções populares e democráticas na América Latina com caráter nacionalistas-anti-imperialistas, anti-colo-nial e anti-oligárquica, que poderia ter construído outro caminho de na-ção, mas foi limitada e derrotada por um governo populista no início, e que se seguiu por mais de setenta anos até o levante Zapatista.

Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los he-rederos de los verdaderos forjadores de nuestra na-cionalidad, los desposeídos somos millones y llama-mos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conserva-dores y vendepatrias. (EZLN, 1994)

Em seguida, recorre a ordem institucional para conclamar à so-berania do povo em decidir os rumos do país e modificar a forma de governo. O EZLN parece reconhecer seu lugar de indígenas autноми-zados a partir da legislação e a utiliza como garantia dos direitos e como pauta da autonomia política a decidir os caminhos políticos da nação, pedindo a deposição do então presidente.

Para evitarlo y como nuestra última esperanza, después de haber intentado todo por poner en práctica la legalidad basada en nuestra Carta Magna, recurrimos a ella, nuestra Constitución, para aplicar el Artículo 39 Constitucional que a la letra dice:

“La soberanía nacional reside esencial y originariamente em el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.” [...]

Conforme a esta Declaración de guerra pedimos a los otros Poderes de la Nación se aboquen a restaurar la legalidad y la estabilidad de la Nación deponiendo al dictador. (EZLN, 1994)

A luta é pela liberação dos povos de Chiapas e do povo mexicano. Recorrem a memória da pátria, mas também a memória das lutas dos trabalhadores em greve, no qual legitimam as cores vermelha e negra da bandeira Zapatista. Entendo que mesclam as formas de resistência e luta, indianistas e da esquerda mais tradicional, aproximando e se afastando, como apontado anteriormente, como encontro e desencontro de duas razões revolucionárias (LINERA, 2008).

[...] formando el EZLN como fuerza beligerante de nuestra lucha de liberación. Tenemos al pueblo mexicano de nuestra parte, tenemos Patria y la Bandera tricolor es amada y respetada por los combatientes INSURGENTES, utilizamos los colores rojo y negro en nuestro uniforme, símbolos del pueblo trabajador en sus luchas de huelga, nuestra bandera lleva las letras «EZLN», EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, y con ella iremos a los combates siempre. (EZLN, 1994)

Seguem declarando então as tarefas do EZLN e daqueles que com eles se juntarem. Destaco duas: a primeira que evidencia a proposta de libertação do povo para, livres, eleger suas próprias autoridades administrativas. Compreendo essa primeira tarefa, em primeiro lugar como processo e ação do levante e luta do EZLN, mas também retomando as discussões de autonomia e autogoverno indígena, o que mais tarde irá se concretizar nos territórios autônomos zapatistas, os Caracoles.

A segunda tarefa destacada é a oposição por toda a história colonial de rouba e exploração das terras indígenas mexicanas, em que o

EZLN propõe a suspensão dessa exploração nos territórios por eles controlados.

Por los tanto, y conforme a esta Declaración de guerra, damos a nuestras fuerzas militares del Ejército Zapatista de Liberación Nacional las siguientes órdenes:

Primero. Avanzar hacia la capital del país venciendo al ejército federal mexicano, protegiendo en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas. [...]

Sexto. Suspender el saqueo de nuestras riquezas naturales en los lugares controlados por el EZLN. (EZLN, 1994)

Ao final da declaração legítima a guerra declara pela medida justa a que se propõe, nada menos que uma guerra contra o genocídio dos povos indígenas e a saída do estado de miséria em que se encontravam esses povos do sul mexicano.

PUEBLO DE MÉXICO: Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático. (EZLN, 1994, n.p)

Uma declaração de guerra a toda colonialidade do poder e do saber, tomadas como projeto colonial/moderno de uma imposição de um Estado-nação que nunca os incluiu como sujeitos protagonistas e que continua a exercer o violento colonialismo interno. E, como colocado por Urquidi (2013), uma tentativa de construção política à margem da ordem institucional, tratando a questão nacional indígena a partir de suas entidades políticas e demandando territórios autônomos e de autogoverno.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo compreender a relação entre a formação do Estado na América Latina com o levantamento armado do EZLN. Sem a intenção de aprofundar em todo o processo do levante Zapatista, trouxe para a análise trechos da Primeira Declaração do EZLN em que nos ajudou a ilustrar o que anteriormente tentamos abordar no caminho do artigo: a tragédia da questão nacional, baseada na colonialidade do poder, que se expressou também num colonialismo interno violento, pós-independências, contra os povos marginalizados, negros, indígenas e mestiços. Nesse caminho ressaltamos a crítica que o movimento indígena tem engendrado à questão do índio nesse processo, apontando as lutas contra as colonialidades do poder e do saber, colocando o levante zapatista no bojo dessas lutas.

Como vimos, a ideia de raça, que legitimou as relações de dominação e criou as hierarquias, lugares e papéis sociais, atuou conjuntamente aos modos de controle e exploração do trabalho, sempre em torno do interesse externo vinculados ao sistema capitalista mundial. Tais relações constituídas nas colônias na América Latina, como novo padrão de poder, configuraram a estrutura colonial/moderna que imputou aos povos marginalizados um lugar subjugado, quando não excluídos, na constituição dos estados modernos. Essa estrutura colonial tem se reproduzido e se reconfigurado, com diferentes matizes, até os nossos dias.

Nos centramos, então, na análise da questão indígena nos processos de constituição dos Estados-nação na América Latina. Vimos de que maneira essa estrutura colonial se reflete no problema do índio, que não se desvinculou da questão da terra, e como problema econômico é também um problema político e social, objetivo e subjetivo, em relação aos povos marginalizados. Sua incorporação foi sempre subalternizada ao mundo dos brancos.

Processo que também subjugou subjetivamente esses povos, negando saberes, conhecimentos e visões de mundo, numa articulação entre a colonialidade do poder e do saber. Destacamos, principalmente, à maneira como o problema do índio tem tensionado a colonialidade do poder e o colonialismo interno permanente até hoje. Entretanto, apontamos brevemente como essa tensão também se evidencia em relação a colonialidade do saber.

Nesse sentido, vale destacar que tal processo tem bases profundas no que tange a educação e seu lugar na conformação das mentes e materialidades dessa estrutura de poder, uma vez que

El transitar del proceso educativo es ora turbulento, ora pedregoso y en algunas ocasiones alarmante, porque su naturaleza se resuelve en el centro de las luchas por el poder. La manera como la sociedad decide sus jerarquías, la distribución de sus bienes materiales y simbólicos, las reglas de resolución de sus conflictos, son algunas de las variables que lo condicionan. Pero la propia educación es instrumento de la producción de sociedades más o menos justas, ha sido cómplice de la esclavitud, de la persistencia de la desigualdad de derechos y de un sinnúmero de discriminaciones; ha ayudado a extender mantos de niebla sobre los saberes producidos por los pobres de la tierra, favoreciendo la predominancia de conocimientos de los poderosos, supuestos como verdades. (PUIGRÓSS, 2010, p. 14)

O novo padrão de poder, a estrutura colonial/moderna, não se enraiza somente pelas formas econômicas ou políticas, nem somente pelo controle e exploração do trabalho, ainda que dessas não escape. A ideologia branca européia foi também se impondo de diversas maneiras, tendo a educação como uma delas, e a que encontra espaço como forma moderna de reatualização das ideologias e relações entre as raças, classes e povos.

Em um primeiro momento a negação da palavra aos indígenas era uma das formas de reprodução da situação colonial, somado, em outros momentos, da exclusão dos indígenas à uma educação comum, uma vez que se sustentava a ideia de divisão entre selvagens e civilizados, colocando uma incapacidade natural de aprendizado aos indígenas. Por outro lado, a educação também foi espaço de apagamento cultural, como colonialidade do saber, uma vez que “suscribía la convicción de que los pueblos latinoamericanos eran atrasados y tenían que adoptar el modelo de los países que habían triunfado. El derecho a la educación de nuestros pueblos se reducía a la sustitución de las propias culturas por la cultura dominante” (PUIGRÓSS, 2010, p. 18).

Por negação, exclusão ou homogeneização cultural, o processo histórico de constituição dos Estado-nação na América Latina gerou um sistema injusto de acesso aos direitos, principalmente, aos setores popu-

lares, marginalizados e aos povos indígenas. Índios, negros e pobres, os miseráveis destas terras (PUIGRÓSS, 2010), não foram por muito tempo sujeitos da educação latino-americana. O que demonstra que o direito à educação é uma questão que não se resolve tão facilmente pois está arraigada, também, nessa profunda estrutura colonial histórica latino-americana. Assim, ao discutir a questão nacional na América Latina, como um problema irresoluto, é necessários destacar a questão da educação, como uma das facetas da coloniliadade do saber.

No entanto, como tentamos apontar, é desde essa realidade que se coloca o desafio de refletir sobre nós mesmos, produzir conhecimento desde nossa materialidade, identidade e história. Diante da colonialidade do poder e do saber que nos estrutura e nos invisibiliza, a história mostra como foi possível encontrar brechas que abriram possibilidades de construção de outros caminhos para a nossa América Latina.

No caminho do artigo pudemos evidenciar de que maneira os indígenas começam a se organizar, lutar e produzir conhecimento, análises e alternativas ao seu caminho e lugar naturalizados pelos processos históricos. Realidade que aclara, como dito por Mariátegui, que a solução do problema do índio deve ser realizada pelos próprios indígenas.

Diante disso, as propostas de autonomia dos povos indígenas constituídas ao largo dos anos pelo movimento indígena latino-americano tem eco no levante no sul do México com o Exército Zapatista de Libertação Nacional. Autonomia à um estado que esteve e continua ausente.

Enquanto povos a que foram negados e excluídos da participação como sujeitos da formação da nação, também os foram negados os direitos mais básicos, incluindo aí a educação. A autonomia indígena também aponta que à essa educação colonial/moderna existe alternativas, e que as podem construir a partir dos seus modos de vida, de organização social e de entendimentos do mundo, conhecimentos e saberes. Educação a partir da própria vida e dos processos de resistências e lutas.

Tenho consciência de que o exercício aqui proposto incorre em riscos e imprecisões. Contudo, esse esforço inicial teve como motivação uma primeira aproximação do autor com as literaturas acerca da questão nacional, da formação do Estado-nação, das questões indígenas e zapatistas.

Olhar, então, para a realidade latino-americana nos evidencia uma história que necessita sempre ser revisitada e recontada por aque-

les e aquelas que foram historicamente destituídos do protagonismo de fazer e conta a história. Tal intento tem minha maior motivação ao olhar desde abaixo e à esquerda para todo esse processo, como dizem os Zapatistas.

Referências

BONETTO, María Susana. El Estado en la región. La conflictiva discusión de alternativas teóricas. In: THWAITES REY, Mabel (Ed). **El Estado em América Latina: continuidades y rupturas**. Santiago de Chile: Editorial ARCIS/CLACSO, 2012, p. 117-138.

EZLN. **Primera Declaración de La Selva Lacandona**. 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. La realidad económica-social de América Latina. In: MARINI, R.; MILLÁN, M (Coords.). **La teoría social latinoamericana, t. I: Los orígenes a la CEPAL**. México: El Caballito. 1994.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LINERA, Álvaro García. Indianismo e marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias. In: SADER, Emir. **Cadernos do pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O problema do índio. In: MARIÁTEGUI, J.C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular: CLACSO, 2008. p. 116-122.

MARINI, Ruy Mauro. Las raíces del pensamiento latinoamericano. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mérgara (Coords.). **La teoría social Latinoamericana, T. I: Los orígenes**. México: El Caballito, 1994. p. 17 – 35.

PINTO, Simone Rodrigues. O Pensamento Social e Político Latino-Americano: etapas de seu desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 337-359, maio/ago. 2012.

PUIGRÓSS, Adriana. Avatares y resignificaciones del derecho a la educación em América Latina. **Docência**, Santiago de Chile: Colegio de profesores, ano XV, n. 40, p. 13 – 21, maio 2010,

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: ROSENMANN, M. **Pensar América Latina**. El Desarrollo de la sociología latinoamericana. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

RICUPERO, Bernardo. O lugar do centro na periferia. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz ; BOTELHO, André (Orgs.). **Agenda Brasileira – Temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 92-101.

URQUIDI, Vivian. Questão nacional na Teoria Social Latino-americana e o Plurinacionalismo como questão. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia, ANPOCS, 2013. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st02/8394-do-nacional-popular-ao-plurinacional-como-projeto-de-estado/file>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

Recebido em: agosto/ 2018

Aprovado em: setembro/2018